



ORGANIZAÇÃO:

ANA CLÁUDIA PORFÍRIO COUTO

EMERSON ARAÚJO DE CAMPOS

KÁTIA LÚCIA MOREIRA LEMOS

PEDRO AUGUSTO RESENDE AMORIM

GESPEL

em Ação

no CENTRO MG da REDE CEDES

GESPEL
em Ação no CENTRO MG da
REDE CEDES

Organizadores:
Ana Cláudia Porfírio Couto
Kátia Lúcia Moreira Lemos
Emerson Araújo de Campos
Pedro Augusto Resende Amorim

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Gasparini Terra

Secretário Especial do Esporte
Décio dos Santos Brasil

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS
Washington Stecanela Cerqueira

Diretor do DEDAP
Angelo Roger Aroldo de França Costa

Diretor do DEGEP
Hélio da Costa Ferraz Neto

Coordenador-Geral da CGLIS
Clemente Mieznikowski

SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida
Reitora

Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Gustavo Pereira Côrtes
Diretor

Lygia Paccini Lustosa
Vice-diretora

**Centro de Desenvolvimento de
Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais**

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG
Coordenação Geral

Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva – UFMG
Coordenação Adjunta

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Ana Cláudia Porfírio Couto

Prof. Dr. César Teixeira Castilho

Prof. Dr. Emerson Araújo de Campos

Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo

Profa. Dra. Kátia Lúcia Moreira Lemos

Prof. Dr. Marcos Maciel

Prof. Dr. Rafael Fróis da Silva

Profa. Dra. Sheylazarth P. Ribeiro

Capa:

Mauro Costa Rodrigues

Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação
UTOPIKA EDITORIAL

G391 GESPEL em ação no CENTRO MG da Rede CEDES / Ana Cláudia Porfírio Couto, Kátia Lúcia Moreira Lemos, Emerson Araújo Campos, Pedro Augusto Resende Amorim (orgs.). – Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2019.
262 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-67783-06-2

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Cultura. 4. Espaços públicos. I. Couto, Ana Cláudia Porfírio. II. Lemos, Kátia Lúcia Moreira. III. Campos, Emerson Araújo. IV. Amorim, Pedro Augusto Resende.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, incrementou-se significativamente no Brasil a produção acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer. Tal expansão permite que uma das principais características do conhecimento científico se manifeste: a intersubjetividade. Em outras palavras, significa dizer que a produção acadêmica pode, assim, ultrapassar os limites das universidades e ser apropriada, criticada e ressignificada pela população.

É evidente que toda produção tem alguns grupos de interlocutores em especial. No caso de obras que focam as políticas públicas de esporte e lazer, podemos destacar gestores públicos que atuam nessa área. Cada vez mais esse grupo de profissionais, que ocupam cargos eletivos ou não, vale-se de pesquisas divulgadas para refletir sobre os problemas sociais e, posteriormente, planejar, implementar e avaliar suas ações. Nesse processo, não há dúvidas de que o acesso à produção acadêmica pelos gestores públicos contribui para que suas ações sejam mais efetivas e, em última instância, estejam em sintonia com o interesse público.

O ano de 2003 foi um marco para o Brasil nas pesquisas sobre ações públicas de esporte e lazer. Naquele ano, foram implantados os Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que se transformariam, no ano seguinte, na Rede Cedes. Desde então, com diversas “idas e vindas”, esse programa têm congregado e apoiado pesquisadores que muito contribuem para o avanço científico brasileiro.

Atualmente, há um núcleo da Rede Cedes implementado em cada estado de nosso país. Em Minas Gerais, o núcleo está sediado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, instituição com destaque nacional e internacional. É importante ressaltar o papel dessa universidade na sociedade brasileira. Com 91 anos de existência, essa instituição possui uma rica história e um valor social que pode ser constatado pela simples observação de alguns de seus números: cerca de 49 mil alunos (educação básica, superior e pós-graduação), quase 3 mil docentes, 77 cursos presenciais de graduação, 77 cursos de mestrado e 63 cursos de doutorado.

Esse livro, que tenho a grande honra de apresentar, foi produzido pelo núcleo de Minas Gerais da Rede Cedes, e congrega resultados de investigações realizadas no âmbito do GESPEL – Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e do Lazer, vinculado à Escola de Educação Física,

Fisioterapia e Terapia Ocupacional. O GESPEL, é um dos 755 grupos de pesquisa da UFMG e, há uma década congrega docentes, alunos de graduação e pós-graduação e gestores de esporte e lazer.

No capítulo 1, intitulado *GESPEL no âmbito do Centro MG da Rede Cedes*, as autores Ana Cláudia Porfírio Couto, Kátia Lúcia Moreira Lemos e Ivana Montandon Soares Aleixo relatam e problematizam a produção de conhecimento em políticas de esporte e lazer a partir da experiência da Rede Cedes na UFMG e no estado de Minas Gerais.

Convidada para compor esta obra devido ao seu histórico de colaboração com a Escola de Educação Física da UFMG, a pesquisadora portuguesa Salomé Marivoet, no capítulo 2 (*Ética e Inclusão Social pelo Esporte*), discute o crescimento da importância social do esporte e seu consequente uso como estratégia de inclusão, o que pode se dar de diferentes maneiras.

Os capítulos 3 e 4 têm seus objetos de pesquisa relacionados à Copa do Mundo de futebol masculino que ocorreu no Brasil recentemente. No primeiro (*Impacto da Copa do Mundo 2014: “gentrificação” do futebol brasileiro*), César Castilho analisa os impactos do evento sobre as infraestruturas esportivas, as instituições implicadas e os torcedores dos clubes do país em quatro cidades que receberam a competição: Belo Horizonte, Manaus, Recife e Rio de Janeiro. Já no segundo (*Os megaeventos esportivos e o empresariamento dos equipamentos públicos de lazer: o caso do estádio Mineirão em Belo Horizonte pós Copa do Mundo FIFA de futebol 2014*), os autores Rafael Frois e Ana Cláudia Porfírio Couto problematizam transformações no Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão decorrentes do evento, com destaque para a percepção do torcedor sobre esse equipamento de lazer.

O entendimento que gestores municipais possuem do lazer é o tema abordado no capítulo 5, de autoria de Aládia Cristina Rodrigues Medina e Ana Cláudia Porfírio Couto. Intitulado *Reflexões sobre o entendimento do lazer na perspectiva de gestores do esporte e lazer no município de Nova Lima/MG*, o texto apresenta resultados empíricos de uma investigação realizada em duas gestões do município mineiro. A partir da visão desses agentes públicos, é possível refletir sobre os direcionamentos feitos às ações de lazer na localidade.

No capítulo seguinte, *Interfaces do lazer: as percepções dos trabalhadores do PELC na cidade de Groaíras/CE*, Elton Ferreira de Araújo apresenta reflexões sobre a atuação de trabalhadores nesse importante programa social de esporte e lazer desenvolvido no Brasil há mais de 15 anos. Segundo o autor, o interesse desses agentes sociais em atuar no programa relaciona-se à educação para e pelo lazer, à qualificação profissional e ao reconhecimento da cidade enquanto um espaço de integração social entre os cidadãos.

A formação profissional para atuação em ações públicas de esporte e lazer é o tema dos capítulos 7 e 8. No primeiro, intitulado *A construção de saberes dos profissionais que atuam com um programa intersetorial de lazer*, os autores Lucilene Alencar das Dores e Luciano Pereira da Silva discutem, a partir de uma experiência na cidade de Belo Horizonte, como profissionais de diferentes áreas avaliam sua formação inicial e buscam novos conhecimentos para atuarem em um programa social. No segundo, *Formação profissional na política pública de esporte educacional e as mediações com os coordenadores de núcleo do Programa Segundo Tempo*, o foco é a formação oferecida aos agentes sociais do Programa Segundo Tempo. A autora, Sheylazarth P. Ribeiro, problematiza a proposta inicial da capacitação oferecida no programa e os sentidos a ela atribuídos pelos coordenadores de núcleo.

No capítulo 9, *Gestão do conhecimento em projeto de lazer*, Cristina Carvalho de Melo e Ana Cláudia Porfírio Couto debatem os impactos que uma boa gestão do conhecimento pode ter em políticas públicas voltadas à garantia do direito ao esporte e ao lazer. Nessas ações, nas palavras das próprias autoras, “é preciso conciliar as competências individuais e o conhecimento, desenvolver uma cultura de compartilhamento de boas práticas, ampliar redes de relacionamento, valorizar os ativos intelectuais e aumentar sua capacidade de uso”.

Seja para diversão, busca de saúde ou socialização, a caminhada configura-se como uma das práticas corporais que mais crescem nas cidades nos últimos anos. Para discutir esse fenômeno, Priscila Dornas Castro apresenta no Capítulo 10 (*Pista de corrida e caminhada da avenida dos Andradas, Belo Horizonte/MG: práticas cotidianas e apropriação do espaço público*) o resultado de uma pesquisa empírica que objetivou traçar o perfil dos usuários de um local de caminhada e suas razões para apropriação desse espaço público de lazer.

Hardy Fink, diretor da Federação Internacional de Ginástica, é o autor do Capítulo 11, intitulado *An overview of the philosophy, content and impact of the FIG coach education programs*. Em seu texto, o autor apresenta e analisa o programa desenvolvido por esta federação para formar técnicos desportivos. De uma maneira geral, fica evidente uma política esportiva com princípios e diretrizes bastante claros, com impactos positivos para o desenvolvimento dessa importante modalidade.

As universidades públicas relacionam-se com as políticas de esporte e lazer de diferentes formas. Dentre elas, podemos destacar a formação que profissionais de educação física recebem, pois muitos deles serão, no futuro, agentes dessas ações. Nesse contexto, o texto apresentado como Capítulo 12 desse livro, cujo título é *Formação pedagógica pelas experiências da extensão universitária*, trata da rica formação que os estudantes de educação física podem receber a

partir de seu envolvimento com projetos de extensão. Para além do entendimento que a extensão faz parte da missão da universidade, as autoras do capítulo, Ivana Montandon Soares Aleixo e Myrian Nunomura, destacam a potencialidade formativa desse fenômeno.

No Capítulo 13, a pesquisadora Poliana Gonzaga Rocha aborda um tema ainda pouco presente no campo acadêmico: as vivência de lazer de indivíduos em situação de acolhimento institucional. Intitulado *A garantia do direito ao lazer nas “Casas Lares” de Belo Horizonte*, o capítulo trata, a partir de uma pesquisa empírica, das dificuldades enfrentadas para que o direito ao lazer seja efetivado para crianças moradoras dessas instituições.

As relações entre as trajetórias de vida juvenis e as vivências de lazer constituem a temática do Capítulo 14 (*Aspectos que demarcam as distintas trajetórias de vida dos(as) jovens na sociedade brasileira durante a vivência do lazer*). Na construção de sua narrativa, Tereza Nair de Paula Pachêco prioriza os seguintes aspectos: 1) desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, 2) relações de gênero, 3) características étnico-raciais. Assim, a autora problematiza circunstâncias históricas brasileiras que impedem ou dificultam que os jovens acessem práticas de lazer.

No Capítulo seguinte, intitulado *Cada jovem sente a dor e a delícia de trabalhar no que quer: análise da relação das juventudes e o trabalho*, o foco também é a juventude. Neste, porém, os autores do texto (Aldair Fernandes da Silva, Alam de Oliveira Silva e Ana Cláudia Porfírio Couto) destacam as relações desta com o mundo laboral. Em uma sociedade que possui centralidade no trabalho, apesar da reivindicação por lazer crescer em todas as camadas da população, são instigantes e problemáticas as diferentes relações que os jovens estabelecem com o primeiro emprego e com a pressão que sofrem para serem produtivos.

O *bullying* configura-se como um grave problema que passou a receber significativa atenção nas últimas décadas. No Capítulo 16 (*O bullying na visão dos estudantes de graduação da UFMG*), Fábio Henrique França Rezende aborda esta questão em uma perspectiva pouco usual: a visão de estudantes de graduação. Tal opção mostra-se relevante sobretudo por dois aspectos: é também a universidade um espaço em que estas práticas acontecem, com consequências nocivas a muitos indivíduos; além disso, o real conhecimento desse problema entre estudantes pode subsidiar ações educativas com impactos positivos tanto nas universidades como nos locais de trabalho posteriormente ocupados por estes indivíduos.

Por fim, no Capítulo 17, intitulado *Trajetória de mulheres na liderança de um grupo de pesquisa*, Emerson Araújo de Campos apresenta e discute, a partir do caso do GESPEL – Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte

e do Lazer, a liderança de grupos de pesquisa por mulheres. Tal tema mostra-se bastante oportuno, devido ao momento atual em que o protagonismo feminino na sociedade passa a ser combatido por alguns setores conservadores. Atualmente, metade dos grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) são liderados por mulheres, fato que só se tornou possível pela dedicação de pesquisadoras como as que são destacadas no texto.

Como o leitor pode perceber, este livro apresenta uma coletânea bastante rica de resultados de investigações. Todos os assuntos abordados compõem um processo amplo de reflexão sobre políticas públicas de esporte e lazer e alguns temas correlatos. Fica o convite à leitura. Tenho certeza que ela será bastante prazerosa e instigante.

Luciano Pereira da Silva
Março de 2019

SUMÁRIO

1. GESPEL NO ÂMBITO DO CENTRO MG DA REDE CEDES 17

Ana Cláudia Porfírio Couto

Katia Lúcia Moreira Lemos

Ivana Montandon Soares Aleixo

PARTE I

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, SAÚDE E LAZER

2. ÉTICA E INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE 29

Salomé Marivoet

3. IMPACTO DA COPA DO MUNDO 2014: “GENTRIFICAÇÃO” DO FUTEBOL BRASILEIRO 45

César Teixeira Castilho

4. OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O EMPRESARIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER: O CASO DO ESTÁDIO MINEIRÃO, EM BELO HORIZONTE, PÓS COPA DO MUNDO FIFA DE FUTEBOL 2014 65

Rafael Frois

Ana Cláudia Porfírio Couto

5. REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO LAZER NA PERSPECTIVA DE GESTORES DO ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG 81

Aládia Cristina Rodrigues Medina

Ana Cláudia Porfírio Couto

6. INTERFACES DO LAZER: AS PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES DO PELC NA CIDADE DE GROAÍRAS/CE 95

Elton Ferreira de Araújo

7. A CONSTRUÇÃO DE SABERES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM UM PROGRAMA INTERSETORIAL DE LAZER 109

Lucilene Alencar das Dores

Luciano Pereira da Silva

8. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE EDUCACIONAL E AS MEDIAÇÕES COM OS COORDENADORES DE NÚCLEO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO 125

Sheylazarth P. Ribeiro

9. GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETO DE LAZER 143

Cristina Carvalho de Melo

Ana Cláudia Porfírio Couto

**10. PISTA DE CORRIDA E CAMINHADA DA AVENIDA DOS ANDRADAS,
BELO HORIZONTE/MG:**

PRÁTICAS COTIDIANAS E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO 153

Priscila Dornas Castro

PARTE II

ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO ESPORTE

11. AN OVERVIEW OF THE PHILOSOPHY,

CONTENT AND IMPACT OF THE FIG COACH EDUCATION PROGRAMS 173

Hardy Fink

**12. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PELAS EXPERIÊNCIAS DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 183**

Ivana Montandon Soares Aleixo

Myrian Nunomura

PARTE III

PESQUISAS COM JUVENTUDE

**13. A GARANTIA DO DIREITO AO LAZER NAS
“CASAS LARES” DE BELO HORIZONTE 195**

Poliana Gonzaga Rocha

**14. ASPECTOS QUE DEMARCAM AS DISTINTAS TRAJETÓRIAS DE VIDA
DOS(AS) JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA DURANTE A VIVÊNCIA DO LAZER 209**

Tereza Nair de Paula Pachêco

**15. CADA JOVEM SENTE A DOR E A DELÍCIA DE TRABALHAR NO QUE QUER:
ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS JUVENTUDES E O TRABALHO 225**

Alam de Oliveira Silva

Aldair Fernandes da Silva

Ana Cláudia Porfírio Couto

16. O BULLYING NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UFMG 237

Fábio Henrique França Rezende

PARTE IV

PESQUISAS SOBRE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS

17. TRAJETÓRIA DE MULHERES NA LIDERANÇA DE UM GRUPO DE PESQUISA 251

Emerson Araújo de Campos

OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O EMPRESARIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER: O CASO DO ESTÁDIO MINEIRÃO, EM BELO HORIZONTE, PÓS COPA DO MUNDO FIFA DE FUTEBOL 2014

Rafael Frois
Ana Cláudia Porfírio Couto

RESUMO

Os investimentos em megaeventos esportivos de lazer e turismo foram justificados por seus promotores como geradores de legados para as cidades-sede. Este artigo apresenta parte das conclusões da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, na qual se buscou conhecer os desdobramentos posteriores a realização de megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa, de abordagem qualitativa, coletou dados a partir de revisão bibliográfica, observação simples e grupo focal. Os resultados apresentaram que os torcedores(as) reconhecem o legado relacionado à infraestrutura e à segurança no Estádio Mineirão. Entretanto, o empresariamento do Estádio alterou o conceito da relação com o usuário, hoje visto como consumidor, o que, por consequência, desfavoreceu o acesso das classes populares ao megaequipamento de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Megaeventos esportivos. Empresariamento. Equipamentos públicos de lazer.

Introdução

Um megaevento pode ser definido pelo número de participantes e ser caracterizado como de curta duração, porém, de preparação longa e, por vezes intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes, cujo impacto econômico é de grande escala e se concentra em despesas de capital e trabalho, principalmente nas áreas de construção, hospedagem, transporte e no setor de serviços (DA COSTA, 2008; COTTLE e ROMBALDI, 2014; HALL, 1992).

Os investimentos em megaeventos internacionais são justificados por seus promotores como geradores de legados para as cidades-sede, em especial os de longo prazo relacionados à infraestrutura (BOB e SWART, 2009). A Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 –(CM 2014) é um megaevento esportivo global organizado pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), que acontece de quatro em quatro anos, em países alternados, desde o ano de 1930.

O megaevento de lazer e turismo CM 2014 movimentou a sociedade brasileira logo após o seu anúncio em 2007 e passada mais de uma década, os desdobramentos do acontecimento continuam em curso. Este artigo apresenta parte das conclusões da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, onde na qual se buscou conhecer os desdobramentos posteriores a realização de megaevento esportivo CM 2014 na cidade de Belo Horizonte.

A proposta é contribuir com reflexões acerca dos desdobramentos posteriores a sua realização no que tange ao lazer do residente na sua relação com o legado material, o Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), megaequipamento de lazer que foi (re)construído com alto dispêndio de recursos públicos para sediar os jogos. Nossa questão norteadora foi: Quais são as permanências e mudanças nas práticas de lazer da população residente na sua relação com o equipamento de lazer (re)construído para a CM 2014?

A pesquisa, de abordagem qualitativa, coletou dados conforme apresentado a seguir: **(a)** revisão bibliográfica, com autores(as) que se dedicaram ao tema megaeventos na última década; **(b)** observação simples (GIL, 1994) em visitas realizadas ao Estádio e seu complexo – Esplanada, estabelecimentos de Alimentos e Bebidas, Museu Brasileiro do Futebol bem como seus arredores e **(c)** grupo focal (GATTI, 2005; BARBOUR, 2009) realizado com um grupo de torcedores que frequentam o estádio há mais de 10 anos e que presenciaram o antes e depois da reforma para CM 2014. Os dados foram analisados a partir da técnica análise de conteúdo, conforme sugerem Gibbs (2009) e Barbour (2009).

O empresariamento dos equipamentos de lazer

Embora as preocupações com espaços de lazer nas cidades brasileiras datem do final do século XIX e início do século XX, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro (PERES E MELO, 2006), no campo dos estudos do Lazer, os termos equipamento e espaço de lazer começaram a serem lapidados na década de 1970, com vinculação estreita com as políticas públicas de lazer.

Os equipamentos de lazer são edificações ou instalações construídas para abrigar atividades e eventos de lazer. Nessa categoria estão os clubes, ginásios, estádios, centros culturais, piscinas, cinemas, parques, bibliotecas, teatros e museus. De uma maneira geral, os autores(as) dividem os equipamentos em dois grupos principais: os específicos e os não específicos. O primeiro construído para abrigar atividades e programas de lazer e o segundo não exatamente para esta finalidade, mas que, por determinadas razões, acabaram se configurando como tal, como a casa, a rua, o bar e a escola (CAMARGO, 1979; DE PELEGRIN, 2004; REQUIXA, 1980; SANTANA *et al*, 2017).

Já o espaço de lazer é apresentado por De Pelegrine (2004) na articulação de vários equipamentos de lazer em uma determinada localização ou em espaços vazios com potencial de utilização para construção de uma perspectiva de construção de políticas de lazer. Seguramente, o conceito pode ser ampliado ou complementado com interpretações interdisciplinares a partir da colaboração de autores de diversos campos do conhecimento.

O espaço de lazer não está necessariamente vinculado ao equipamento de lazer, podendo acontecer vinculado a um tempo específico com por exemplo, uma rua ou avenida que, nas cidades contemporâneas¹, se tornaram exclusivas como locais de passagem de veículos e que, por uma dada situação, é (re)significada para trânsito exclusivo de ciclistas, *rollers* e corredores; ou para acolher uma rua de lazer, para realização de festa comunitária, para concentração de torcedores em logradouros ao redor de um Estádio de Futebol.

Da mesma maneira, dentro de um equipamento específico de lazer é possível ter vários espaços criados a partir da construção social e cultural de identificação e pertencimento dos sujeitos frequentadores em determinados locais, como é o caso do Estádio Mineirão, em Belo Horizonte que, no pós-Copa, com a nova setorização, ou seja, a separação dos públicos por setores dentro do estádio, tornou este tema mais visível. Frois (2013) identificou autores que colaboram com a qualificação e o entendimento dos espaços de lazer nas cidades, utilizando terminologias como lugar (TUAN, 1983); pedaço (MAGNANI, 2000) e espaço praticado (CERTEAU, 1996).

O espaço do lazer possui importância por se caracterizar como espaço de encontro, de convívio, de encontro com o “novo” e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de convivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (DE PELEGRIN, 2004, p.74). Assim, discutir o conceito espaço de lazer necessariamente significa dialogar com autores da geografia, sociologia e arquitetura, que são áreas que tradicionalmente problematizam as relações da produção do espaço. Todos definidos por Milton Santos (1996)² como espaçólogos. Discutir e refletir sobre os equipamentos e espaços de lazer nas cidades, sejam eles públicos³ ou privados, é refletir sobre a mercantilização das cidades. “Hoje, a imagem de cidade como o centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana. Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado” (ROLNIK, 2004 p.28).

David Harvey (2016) afirma que o mais recente processo de expansão urbana trouxe incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, em um mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. Os megaeventos esportivos fazem parte, deste modo, de produção e consumo e têm estreita relação com a indústria cultural,⁴ do turismo, do lazer e do entretenimento que, embora se materialize utilizando equipamentos e espaços de lazer das cidades anfitriãs, é consumido em escala global. Não se restringindo mais a uma cidade ou região em função da urbanização extensiva das práticas de lazer.⁵ A Copa do Mundo FIFA de Futebol é um exemplo deste novo modo operante do sistema capitalista, símbolo máximo da expansão do capital virtual.

Um dos impactos da realização da CM 2014 no Brasil foi a transferência da gestão dos estádios de futebol do Estado para a iniciativa privada. O Mineirão foi um dos estádios que passou por este processo e é hoje administrado em uma parceria público-privada (PPP). Este é um tema que impactou significativamente o lazer do residente que utiliza o megaequipamento no pós-Copa de 2014. A esta transição chamarei de empresariamento do equipamento de lazer, que teve suas raízes na construção da ideia de planejamento estratégico das cidades e do empresariamento da gestão urbana, que reflete, de algum modo, a forma de gestão que vem tomando conta das administrações públicas no Brasil.

A ideia de empresariamento urbano, ou empresariamento das cidades, tem como elemento chave a noção de PPP. O evento que disseminou este modelo foi o Colóquio de New Orleans, realizado em 1985, e é considerado um marco na temática da administração urbana. Reuniu acadêmicos, homens de negócios e políticos de sete países do capitalismo avançado (HARVEY, 1996).

Porém, as origens, segundo Bessa e Alvares (2014), remontam às décadas de 1950 e 1960, com a derrocada do modelo Fordista e do Estado de Bem-estar, o que resultou em cortes de recursos para políticas urbanas em todo o mundo e, por consequência, a rendição do Estado ao mercado. O receituário estratégico (análise de ambientes externo e interno) sob as premissas do mercado passou também a ser visto como adequado a governos locais (BESSA e ALVARES, 2014).

O modelo de planejamento estratégico foi inspirado nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial. “Segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2002, p.76). Neste modelo, as cidades passam a serem geridas como empresas (BESSA e ALVARES, 2014). O modelo foi difundido no Brasil e na América Latina “pela ação combinada de agências multilaterais (BIRD e Habitat) e de diferentes consultores⁶ internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo marketing aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona” (VAINER, 2002, p.75) e foi copiado por diversas cidades brasileiras e da América Latina. O Rio de Janeiro, no início da década de 1990, foi uma das primeiras cidades do hemisfério a receber o planejamento estratégico. Já naqueles tempos, se buscava a realização de um plano estratégico de venda da cidade e, neste plano, já se considerava a realização de um megaevento esportivo (VAINER, 2002).

Em Belo Horizonte, nas primeiras décadas dos anos 2000, consultores da cidade de Barcelona foram contratados pelo Município de Belo Horizonte para a criação de um plano estratégico da cidade (PEREIRA, 2003).⁷ Remeteu-me ao mesmo processo que concebeu o planejamento urbano de Belo Horizonte e de outras cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX, mostrando que a colonização das ideias e dos modelos eurocêntricos, ou dos países ditos desenvolvidos, ainda são copiados pelos gestores públicos brasileiros.

A implantação de um planejamento estratégico pelos neoplanejadores urbanos inclui foco nas vantagens competitivas de cada localidade e neste modelo, o capital privado é priorizado em detrimento de políticas sociais e de decisões democráticas e a cidade passa, então, a ser vista com uma mercadoria onde outras cidades também estão à venda – *city marketing* (VAINER, 2002; BESSA e ALVARES, 2014).

Produtividade, competitividade e subordinação à lógica do mercado são os elementos que presidem o que Harvey (1996) chamou de empresariamento da gestão urbana. Na medida em que o modelo vai sendo implementado, as privatizações junto à parceria público-privada é o elemento chave que irá assegurar que os interesses do mercado estejam presentes e representados no

processo de planejamento e tomada de decisão. Nesta lógica de gestão, os homens de negócios são os mais indicados para conduzirem as cidades. Nesta tendência, Belo Horizonte passou a ser administrada declaradamente por “homens negócios” desde 2008. Entre 2008-2016, administrada por um empresário e, a partir de 2017, por um cartola/empresário ligado ao setor do futebol.

No que tange aos equipamentos de lazer mantidos pelos estados, o empresariamento da cidade está relacionado à transferência da gestão destes equipamentos aos empresários. O tema vem ganhando destaque no Brasil nos últimos anos. Além das PPPs para os Estádios de Futebol (re)construídos para a Copa de 2014, outros equipamentos de uso coletivo passam pelo mesmo processo. Em Belo Horizonte, o então prefeito, Márcio Lacerda (2008-2016), anunciou a privatização de importantes equipamentos de lazer da cidade, entre eles: Jardim Zoológico, Parque Ecológico da Pampulha⁸ e Parque das Mangabeiras. (CAMILO, 2015). Em São Paulo, o então Prefeito João Doria (PSDB), que mantém uma secretaria de desestatização e parcerias, pretende privatizar 107 parques e abriu licitações em 2018 para concessão do Parque Ibirapuera (SETO, 2018).

A privatização de Unidades de Conservação e de Parques Nacionais, que são equipamentos de lazer e turismo também está na agenda do Governo Estadual Paulista que pretende transferir para a iniciativa privada 25 Unidades de conservação (ARBEX, 2016). Na esfera Federal, o Governo vem anunciando a concessão dos serviços de visitação dos Parques Nacionais gerenciados pelo Instituto Chico Mendes.

Assim, o Mineirão, que antes de sua reforma para a CM 2014 era um equipamento de lazer específico administrado pelo poder público e mantido com recursos do contribuinte, teve sua gestão transferida para iniciativa privada, que passou a explorá-lo economicamente, seguindo princípios de obtenção de lucro. Empresariado, o estádio se tornou uma arena multiuso de negócio, que passa a auferir lucro com as partidas de futebol, concertos musicais, congressos e locação de lojas.

Mineirão: breve histórico, reforma e processo de empresariamento

O megaequipamento de lazer Estádio Governador Magalhães Pinto, conhecido popularmente por Mineirão e por “Gigante da Pampulha”, foi inaugurado no dia 05 de Setembro de 1965 em um terreno cedido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde então, é o principal estádio de futebol do

Estado de Minas Gerais, sendo considerado um dos principais estádios do Brasil. No período que foi construído, foi considerado um dos melhores e maiores estádios cobertos do mundo. Desde sua fundação até a CM 2014, foi palco das principais partidas de futebol das três maiores equipes da cidade de Belo Horizonte, o América Futebol Clube, o Clube Atlético Mineiro e o Cruzeiro Esporte Clube. Sua área externa, antes da reforma, abrigava uma feira de alimentos e bebidas e a maior feira de veículos usados da cidade.

O estádio é vizinho de diversos espaços e equipamentos específicos de lazer público e privado localizados no Complexo da Pampulha, uma das principais regiões de lazer e turismo de Belo Horizonte, e é massivamente utilizado pelos moradores da cidade para práticas de atividades esportivas, de lazer e entretenimento. Segundo Frois (2018), a regional Pampulha é privilegiada, se comparada com outras regionais da cidade que estão afastadas do centro, no que tange a quantidade de espaços e equipamentos de esporte, lazer e cultura.

O Estádio Mineirão, além de ser tombado pelo patrimônio cultural municipal da cidade, é uma das 9 (nove) Zonas de Amortecimento⁹ do Conjunto Moderno Pampulha, tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, sendo um elemento da paisagem e vocação histórica da Pampulha (FMC, 2014).

Atualmente, o estádio é utilizado não somente pelos clubes de futebol da Cidade para partidas de futebol, mas também para grandes concertos. A partir das reformas para sediar os jogos da CM 2014, foram criados um museu dedicado ao futebol e uma área ao seu redor denominada Esplanada do Mineirão, que hoje é utilizada como espaço de esporte, lazer e sociabilidade da população, além de manter uma variedade de atividades comerciais com destaque para atividades ligadas a alimentos e bebidas.

No período de preparação para CM 2014, o Governo do Estado de Minas Gerais, para atender às exigências da entidade promotora do megaevento (FIFA), fechou o Estádio em 2010 para obras que foram finalizadas em 2012. Enquanto o Mineirão era (re)construído e “modernizado,” as equipes de futebol da cidade, América, Cruzeiro e Atlético, utilizaram dois estádios alternativos, o Estádio Joaquim Henrique Nogueira, conhecido como Arena do Jacaré, localizado na cidade de Sete Lagoas, distante 70 quilômetros de Belo Horizonte, e o Estádio Raimundo Sampaio, o Independência, localizado na Regional Leste de Belo Horizonte.

É importante destacar que, embora grande parte da população só lembre dos investimentos públicos realizados no Mineirão, estes dois estádios também foram reformados com recursos públicos em função da realização da CM 2014, entrando na lista de legados do megaevento. Segundo Lages (2012), no

Planejamento Estratégico Integrado realizado pela prefeitura de Belo Horizonte e o Governo do Estado, este tema era presente no item “Modernização do Mineirão e Estádios Alternativos”. Assim, os dispêndios dos cofres públicos para apoiar o megaevento CM 2014 em Belo Horizontes não ficaram restritos à modernização/reforma do Mineirão em si, sendo também utilizados pelos cartolas do futebol de Minas Gerais como uma oportunidade para reformar outros estádios que se tornaram um legado para dirigentes e empresários do futebol brasileiro.

Entre as principais alterações do Mineirão, foram realizadas: o rebaixamento do gramado em aproximadamente 3,5 metros; o fim do setor geral, que deu lugar a novas arquibancadas e cabines; a setorização do estádio; e a construção da esplanada, que modificou a área externa do Estádio com a construção ao seu redor de vão livre de 80 mil metros quadrados, com espaços para comércio. Também foi construído espaço para 2.521 vagas de estacionamento e uma passarela que liga o Mineirinho ao Mineirão. O discurso vigente dos Governantes era o de modernização para sustentabilidade financeira pós evento (LAGES, 2014). Antes da Reforma, o Mineirão era gerido pela Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (ADEMG), uma autarquia do Governo do Estado de Minas Gerais que foi extinta. Após a Reforma o Estádio, passou a ser administrado pela empresa Minas Arena¹⁰, uma sociedade de propósito específico criada por meio de uma parceria público-privada (PPP), com direito ao uso do estádio por 25 anos.

Mesmo com todo o planejamento, que envolveu gestores do Município de Belo Horizonte e o Governo do Estado de Minas Gerais, para a posterior sustentabilidade financeira do estádio, são recorrentes nos noticiários locais as polêmicas entre o Governo do Estado e a concessionária Minas Arena, que alegam prejuízos financeiros. A PPP na gestão do Mineirão, desde 2013, é alvo de críticas de parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que ensaiaram, por diversas vezes, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o contrato entre o Governo Estadual e a Minas Arena. Segundo os parlamentares, R\$3,7 milhões por mês são repassados dos cofres públicos para a empresa e afirmam que a parceria deveria ser lucrativa para os cofres públicos, mas que não há transparência na gestão dos recursos. Os mesmos parlamentares já denunciaram uma série de irregularidades contábeis ao Ministério Público de Minas Gerais e também afirmam que, se o estádio fosse administrado pelos Clubes de Futebol de Belo Horizonte, o ingresso poderia ser vendido à população por R\$20,00. (TEIXEIRA, 2015; PRATES, 2014). A reforma do estádio e o novo modelo de gestão, com a transferência para iniciativa privada, ou seja, o empresariamento do Mineirão, vem impactando significativamente o lazer do residente frequentador do estádio.

O Novo Mineirão e os impactos no lazer do residente

Uma das mais importantes mudanças com a reforma do Mineirão foi a redução da capacidade de público nas arquibancadas, que passaram de 132.834 para 61.160 mil pessoas, encerrando a era dos jogos históricos de um estádio que balançava com as multidões, fato que também aconteceu com diversos estádios que passaram pelas reformas, seguindo os padrões exigidos pela FIFA para a Copa de 2014.

Durante o período da reforma, muito se discutiu quais seriam os possíveis impactos para a população residente usuária dos megaequipamentos de lazer do Brasil. Em Belo Horizonte, Lages (2014), em estudo sobre o projeto de reforma, já problematizava se as mudanças modificariam ou influenciariam nas práticas de esporte e lazer dos frequentadores do Mineirão. Ao analisar os documentos do planejamento estratégico integrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura, o autor não identificou questões que abordassem o acesso e o destino dos frequentadores do Setor Geral, que foi excluído do projeto de modernização e que, historicamente, era o setor acessível aos torcedores com menor poder aquisitivo, abrigando, assim, as camadas populares no Gigante da Pampulha.

A expulsão das camadas populares não se deu somente pela setorização e pelo fim do Setor Geral. O empresariamento do Estádio no pós-Copa de 2014 inaugurou a lógica mercadológica na qual o torcedor se tornou um mero consumidor. Anteriormente, este torcedor-cidadão era subsidiado pela ADEMG/ Estado de Minas Gerais, responsável por promover uma política de lazer acessível aos contribuintes com promoção de campanhas de democratização dos *tickets* de acesso.

O Estado de Minas Gerais se tornou PARCEIRO da empresa gestora em detrimento do cidadão que, por sua vez, esperava que a Copa trouxesse não somente melhorias das condições de infraestrutura do estádio, mas também a continuidade de acesso democrático ao megaequipamento de lazer. Nas memórias dos torcedores que participaram do grupo focal, foi resgatado que era possível ter acesso ao estádio ganhando ingresso após comprar produtos em diversos bairros da cidade, ou seja, diretamente na comunidade. Na interação do grupo focal, foi possível identificar que esta política de distribuição dos ingressos foi responsável pela democratização do acesso dos adolescentes e dos jovens ao estádio, o que pode ter sido determinante para formação do público adulto que hoje frequenta o megaequipamento, lógica essa alterada com o recente empresariamento e que pode alterar a formação de novos públicos e diminuir o acesso da juventude ao estádio.

Atualmente, os ingressos mais acessíveis para assistir partidas de futebol no Estádio Mineirão são para os torcedores do Cruzeiro Esporte Clube, que pagam mensalidade para o Clube, os chamados sócio-torcedores, com preferência para compra de ingressos a preços promocionais. Desta maneira, se um torcedor que não é cliente do Clube resolver desfrutar individualmente ou com a família a ida a uma partida de futebol, arcará com um custo mais alto, podendo chegar ao dobro preço praticado para o sócio-torcedor. O sócio(a)-torcedor(a) é tido como cliente e, uma vez que não existe associação legal ao Clube (direito de participação plena na tomada de decisão, direito de votar de ser votado), a participação se refere meramente à adesão ao clube de benefícios, não lhes dando direito de disputar os espaços políticos de decisão nos cargos da diretoria da agremiação.

Destaca-se, a empresa que passou a administrar o estádio firmou parceria com o Cruzeiro Esporte Clube, que passou a utilizar o Mineirão quase de forma exclusiva após a Copa de 2014. O estádio, que anteriormente era utilizado por Cruzeiro e Atlético em seus mandos de campo, posteriormente à reforma, se tornou o que os torcedores do Cruzeiro têm chamado de “Toca da Raposa 3”, em alusão à sede de treinos que tem o mesmo nome. Ir ao estádio não é mais uma experiência popular e econômica, quando somados os custos de deslocamento (ida e volta), o aquecimento antes das partidas nas feiras, “barracas” ou nos bares, somado ao custo do ingresso e do consumo de alimentos e bebidas dentro do estádio.

A parceria público-privada retirou do cidadão belo-horizontino o direito de acesso ao estádio, direito ao lazer, direito de acesso democrático ao patrimônio público, que inclusive é patrimônio cultural tombado pela cidade, construído, reformado e co-mantido por todos os contribuintes, independente do time de preferência. A alteração da forma de acesso ao Estádio pode também estar impactando a visita de turistas domésticos que, em geral, são levados a conhecer o Mineirão por indicação ou no passeio com familiares que vivem na Capital.

A instalação das cadeiras em todo o estádio não alterou a prática da maioria dos torcedores de assistir os jogos em pé. Nas incursões realizadas no estádio Mineirão¹¹, presenciamos torcedores(as) que assistem os jogos ao redor das torcidas organizadas que não utilizam as cadeiras para se sentarem, não fazendo parte dos hábitos e costumes destes torcedores(as) se sentarem para acompanhar as partidas. No grupo focal os participantes relataram que, do ponto de vista da visibilidade do campo, ficou mais fácil assistir as partidas de qualquer lugar do campo, mas que as cadeiras incomodam, representam um perigo para integridade física dos torcedores e não fazem parte da cultura da maioria dos torcedores que frequentam o Estádio.

A setorização também representa a segregação sócio espacial dentro do estádio, que separa torcedores(as) de acordo com seu perfil cultural, social,

econômico e por seu modo de torcer. Casos de torcedores(as) que não conseguem ingressos para o setor desejado em função da demanda do jogo são recorrentes. Um caso emblemático foi identificado durante a coleta de dados no seminário promovido pelo Movimento Resistência Azul Popular (RAP),¹² quando um dos participantes discursou afirmando que um amigo havia sido vítima do Novo Mineirão. Em função da setorização e da proibição do livre acesso entre as arquibancadas, foi apresentando o caso emblemático do torcedor Eros Dátilo Belizário que, ao tentar migrar de um setor para o outro, buscando o setor da sua torcida, entrou em luta corporal com os seguranças da Minas Arena e foi a óbito (NOGUEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2016).

Fora do Estádio, a Esplanada do Mineirão, que retirou grande quantidade de árvores, é reconhecida por parte dos integrantes do grupo focal como um legado positivo, pois a cidade ganhou um novo local para promoção de eventos e para prática de atividades de esporte e lazer. Sua construção também marcou o que seria o novo padrão da área externa do estádio, com a expulsão de famílias que atuavam profissionalmente com a venda de alimentos e bebidas, e na venda do prato típico do estádio, o “Tropeirão”, elas também mantinham vínculos de pertencimento e identidade com os frequentadores, alguns deles desde a fundação do Estádio. Mesmo com a retirada dos barraqueiros, a área mais externa ao Mineirão, fora da esplanada, continua como espaço de lazer, sociabilidade, “aquecimento” e “resenha” antes das partidas.

Considerações finais

No pós-Copa 2014, o Mineirão vai em direção a um caminho de retrocesso ao que deveria ser uma política de democratização do lazer da cidade. O discurso que justificou os investimentos públicos para a reforma do estádio foi na perspectiva de que o estádio seria um legado para o lazer da população residente. É inegável que, conforme afirmaram os sujeitos participantes do grupo focal e frequentadores do Estádio que, do ponto de vista da infraestrutura, o “Gigante da Pampulha” está em melhores condições do que anteriormente à Copa de 2014 mas que, do ponto de vista do acesso da população, de uma maneira ampla, excluiu as camadas populares do megaequipamento.

Aos integrantes das camadas populares apaixonados pelo futebol, restou contentar em assistir as partidas em canais de televisão por assinatura em bares que comprem pacotes dos campeonatos. Assim, o pós-Copa do Mundo FIFA de 2014 ficará marcado como o momento histórico de entrega do “Gigante do Povo” para a iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

- ARBEX, T. "Privatização" em parques começou com projeto-piloto, diz secretária. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 08 jun. 2016. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1779726-privatizacao-de-parques-comecou-com-projeto-piloto-dizsecretaria.shtml> > . Acesso em: 18 novembro 2018.
- BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BESSA, A. S. M.; ALVARES, L. C. A **Construção do Turismo**: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.
- BOB, U.; SWART, K. Resident Perceptions of the 2010 FIFA Soccer World Cup Stadia Development in Cape Town. **UrbanForum**. n.20, p.47-59, 2009.
- CAMARGO, L. L. Recreação pública. **Cadernos de Lazer**. n.4. São Paulo: Sesc, p.29-36, 1979.
- CAMILO, J. V. Prefeitura pretende privatizar parques de BH. **Jornal O Tempo**. Cidades. Belo Horizonte, 19 out. 2015. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/cidades/prefeitura-pretende-privatizar-parques-de-bh-1.1143406> > . Acesso em: 05 maio 2018.
- CERTEAU, L. G. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. v.2. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COTTLE, R.; ROMBALDI, M. Lições da Copa do Mundo na África do Sul e seu legado para o mundo do Trabalho. In: CAPELA, P.R.C.; TAVARES E. **Os megaeventos esportivos**: suas consequências, impactos e legados para a América. Florianópolis: Insular. 2014.
- DA COSTA, L. (Org). **Legados de megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério dos Esportes, 2008.
- DE PELLEGRIN, A. Equipamento de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FREITAS, R. F.; HELAL, R.; PIZZI, F. Indústria Cultural. In: GOMES, C. L. (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FROIS, R. **Fala Juventude**: a relação dos jovens de bairros populares com os eventos e equipamentos de esporte, lazer e cultura no espaço urbano da cidade de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.
- _____. **Megaeventos, lazer e turismo**: permanências e mutações na Cidade do Cabo – África do Sul e em Belo Horizonte – Brasil, pós-Copa do Mundo FIFA de Futebol. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- HALL, C. M. **Hallmark Tourist Events**: Impacts, Management & Plannig. London: Belhaven Press, 1992.
- HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debate, n.39, 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conjunto Moderno da Pampulha**. Dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossiê_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf > . Acesso em: 17 novembro 2018.
- LAGESE, C. E. D. M. **A Copa de 2014 na capital mineira e relações com as políticas públicas de esporte e lazer**: estudo a partir de projetos que compõem o planejamento estratégico integrado do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte, 2014.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MAGNANI, J. G. C. Lazer: um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. **O Corpo e o Lúdico**: Ciclo de Debates lazer e motricidade. FEF-UNICAMP. Campinas: Editora Autores

Associados, 2000.

MONTE-MÓR, R. L. A cidade e o Urbano. In: **As Cidades da Cidade**. BRANDÃO, C.A.L. (org). Coleção IEAT. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NOGUEIRA, T. Torcida do Cruzeiro pede reabertura do caso Eros em protesto na ALMG. **Super**. FC.14 jan. 2017. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/superfc/torcida-do-cruzeiro-pede-reabertura-do-caso-eros-em-protesto-na-almg-1.1423372/festa-na-esplanada-do-mineir%C3%A3o-tem-tumulto-e-torcedor-es-feridos-1.1862413#>> . Acesso em: 21 maio 2018.

OLIVEIRA, J. Três anos após as manifestações de 2013, restam processos, inquéritos não concluídos e a dor pela morte de dois jovens. **Jornal Estado de Minas**. Caderno Gerais. Belo Horizonte, 15 mai. 2016. Disponível em < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/05/15/interna_gerais,762741/os-protestos-da-dor.shtml > . Acesso em: 18 novembro 2018.

PEREIRA, V. Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas. In: **CONGRESSO VIRTUAL DE TURISMO**, 2, Anais, 2003.

PERES, F. F.; MELO, V. A. Espaço, Lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.10, n.93, 2006. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm> > Acesso em: 20 junho 2018.

PRATES, M. Deputados protocolam pedido de Abertura da CPI do Mineirão na ALMG. **Jornal Hoje em Dia**. Caderno de Esportes. Belo Horizonte, 07 out. 2014. Disponível em: < <http://hojeemdia.com.br/esportes/deputados-protocolam-pedido-de-abertura-da-cpi-do-mineir%C3%A3o-na-almg-1.279007> > . Acesso em: 18 novembro 2018.

REQUIXA, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

ROLNIK, R. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTANA, J. O.; TAVARES, M. L.; CLEVERSON, P. As praças de Ouro Preto Georreferenciamento e caracterização de espaços públicos de lazer. In: ROSA, M. C.(org). **Equipamentos de lazer e Esporte de Outro Preto**: contribuições para as políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SANTOS, S. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SETO, G. Câmara autoriza Doria a repassar estádio do Pacaembu ao setor privado. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 30 ago. 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1914464-camara-autoriza-doria-a-repassar-estadio-do-pacaembu-ao-setor-privado.shtml> > . Acesso em: 2 maio. 2018.

_____. Parques e Pacaembu devem estar no mercado em até 4 meses, prevê Doria. **Jornal Folha de São Paulo**. Cotidiano. São Paulo, 04 ago. 2017. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1907067-parques-e-pacaembu-devem-estar-no-mercado-em-ate-4-meses-preve-doria.shtml> > . Acesso em: 2 maio 2018.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ed.

_____. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ed.

_____. Os Liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ed.

TEIXEIRA, T. CPI deve Investigar Mineirão. **Jornal o Tempo**. Belo Horizonte, 04 mar. 2015. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/cpi-deve-investigar-mineir%C3%A3o-1.1003019/ppp-do-mineir%C3%A3o-1.1003018> > . Acesso em: 08 de setembro de 2015.

NOTAS

¹ Lefebvre (1999) critica Le Corbusier e seus “novos conjuntos” que suprimiram a rua, reduzindo a cidade a dormitório e a aberrante funcionalização da existência. A rua lugar do encontro, onde se efetua o movimento e a mistura. “A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informática, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se. Nela aprende-se.” (LEFEVRE, 1999, p.27).

² Para Milton Santos (1996), o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1996, p. 51).

³ Neste texto, equipamentos públicos de lazer são aqueles gerenciados pelo Estado.

⁴ Formulação cunhada pelos alemães Theodor Wiesengrund Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, texto escrito na vigência do nazismo (1941-1944) e publicado em 1947. Conjunto de bens culturais, difundidos pelos meios de comunicação de massa, impondo formas universalizantes de comportamento e consumo (FREITAS; HELAL; PIZZI, 2004).

⁵ A cidade é uma malha extensa que se junta a outras cidades, se tornando metrópoles e megalópoles - fisicamente ou não, levando o modo de vida urbano para todos os cantos do planeta, que Monte-Mór (2006), inspirado da sociedade urbana de Lefebvre, conceituou de urbanização extensiva. Nesta linha de construção, as práticas de lazer também podem ser consumidas em escala global, como nos megaeventos esportivos. E, assim, trabalho com a ideia de urbanização extensiva das práticas de lazer.

⁶ Vainer (2002) cita Manuel Castells e Jordi Borja como pertencentes a este grupo de consultores que foram contratados pelas agências Internacionais para que difundissem o modelo de planejamento estratégico.

⁷ Segundo Pereira (2003), a GFE ASSOCIATS de Barcelona foi uma das principais disseminadoras da importância dos planos estratégicos de cidades no Brasil e no mundo.

⁸ O Parque Promotor Francisco Lins do Rego é popularmente conhecido como Parque Ecológico da Pampulha.

⁹ A delimitação da Zona de Amortecimento do Dossiê baseia na proteção do Conjunto Moderno inserido em uma determinada paisagem urbana, entendida no documento apresentado a UNESCO pela Fundação Municipal de Cultura (FMC), como a materialização de uma dinâmica socioeconômica que se desenvolve sobre o sítio natural, atribuindo-lhe sentido e conteúdo. São Elementos desta paisagem: o espelho d'água; as visadas; a urbanização; o relevo suave e ondulado, o padrão horizontal e a Predominância dos usos residenciais unifamiliares e atividades comerciais relacionadas recreação, esporte, turismo, lazer e cultura. (IPHAN, 2018).

¹⁰ Ver: <http://estadiomineirao.com.br/>.

¹¹ Em incursões ao Estádio Raimundo Sampaio (Independência), que não foi objeto específico desta tese, mas que também passou pelo processo de reforma para a Copa e teve cadeiras instaladas, presenciei a mesma situação de cadeiras atrapalhando a festa da torcida organizada. Em alguns lugares específicos, os torcedores(as) assistem as partidas sentados como no setor roxo do Mineirão.

¹² Ver página social: <https://www.facebook.com/resistenciaazulpopular/>.

CURRÍCULO RESUMIDO DOS AUTORES

Rafael Frois

Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre e Doutor pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/ UFMG. Membro e pesquisador do Grupo de Estudos em Sociologia e Pedagogia do Esporte e Lazer (GESPEL/UFMG). Professor do departamento de turismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

E-mail: frois.turismologo@gmail.com

Ana Cláudia Porfírio Couto

Professora Associada III na Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Doutora em Ciência do Desporto – Universidade do Porto/Portugal; Pós-Doutorado em Sociologia do Esporte e Lazer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia/Portugal. Professora credenciada no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em estudos do Lazer da EEFPTO – UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Sociologia Pedagogia do Esporte e Lazer – GESPEL.